



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
ÓRGÃOS DELIBERATIVOS CENTRAIS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO - TRINDADE CEP: 88040-900 - FLORIANÓPOLIS - SC
TELEFONE (048) 331-9661 - FAX (048) 234-4069
E-mail: conselho@reitoria.ufsc.br

RESOLUÇÃO nº 009/CUn/2006, de 13 de junho de 2006.

**DISPÕE SOBRE A PROPOSIÇÃO, O
ACOMPANHAMENTO E A AVALIAÇÃO
DAS ATIVIDADES DE PESQUISA NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA
CATARINA.**

O PRESIDENTE DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, e tendo em vista o que deliberou este Conselho na sessão realizada nesta data, conforme Parecer nº 008/CUn/2006, constante do Processo nº 23080.024174/2003-71, **RESOLVE**:

APROVAR as normas aplicáveis à proposição, ao acompanhamento e à avaliação das atividades de pesquisa na Universidade Federal de Santa Catarina.

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º A pesquisa, entendida como atividade indissociável do ensino e da extensão, visa à geração e à ampliação do conhecimento, estando necessariamente vinculada à criação e à produção científica ou tecnológica.

Art. 2º Para fins do disposto no artigo anterior, a pesquisa na Universidade poderá ocorrer nas seguintes categorias:

I – Pesquisa Básica;

II – Pesquisa Aplicada.

§ 1º A pesquisa básica é o estudo teórico ou experimental que visa contribuir de forma original e incremental para a compreensão dos fatos, fenômenos observáveis ou teorias, sem ter em vista o seu uso ou a sua aplicação imediata.

§ 2º A pesquisa aplicada é realizada para determinar os possíveis usos para as descobertas da pesquisa básica ou para definir novos métodos ou maneiras de alcançar certo objetivo específico e predeterminado.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
ÓRGÃOS DELIBERATIVOS CENTRAIS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO - TRINDADE CEP: 88040-900 - FLORIANÓPOLIS - SC
TELEFONE (048) 331-9661 - FAX (048) 234-4069
E-mail: conselho@reitoria.ufsc.br

TÍTULO II

DAS ATIVIDADES DE PESQUISA

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 3º São consideradas atividades de pesquisa as ações executadas com o objetivo de adquirir e produzir conhecimentos.

Parágrafo único. Para a caracterização de uma atividade como de pesquisa, é requisito imprescindível à geração de produção intelectual, na forma estabelecida nesta Resolução.

Art. 4º As atividades de pesquisa serão desenvolvidas na Universidade, no âmbito dos Departamentos de Ensino ou equivalente e dos Órgãos Suplementares, ou fora dela.

Art. 5º As atividades de pesquisa na Universidade serão desenvolvidas com recursos materiais e financeiros próprios ou não.

§ 1º As receitas das atividades de pesquisa integrarão o orçamento da Universidade.

§ 2º Excetuam-se do disposto no parágrafo anterior os projetos de pesquisa com captação de recursos junto a órgãos governamentais de fomento, cujo instrumento de formalização da parceria preveja a realização da sua gestão pelo próprio pesquisador.

Art. 6º A captação de recursos financeiros para a viabilização das atividades de pesquisa será de responsabilidade do proponente do projeto.

Art. 7º As atividades de pesquisa, quando envolverem a captação de recursos financeiros, terão a sua gestão executada pela própria Universidade através da Pró-Reitoria de Orçamento, Administração e Finanças ou por Fundação de Apoio, devidamente credenciada.

§ 1º A gestão financeira das atividades de pesquisa por uma das Fundações de Apoio observará a legislação aplicável à espécie e os termos de convênios ou contratos específicos celebrados com a Universidade.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
ÓRGÃOS DELIBERATIVOS CENTRAIS

CAMPUS UNIVERSITÁRIO - TRINDADE CEP: 88040-900 - FLORIANÓPOLIS - SC
TELEFONE (048) 331-9661 - FAX (048) 234-4069
E-mail: conselho@reitoria.ufsc.br

§ 2º A Fundação de Apoio deverá, ao final do projeto, apresentar relatório financeiro à Pró-Reitoria de Pesquisa, mediante o preenchimento do campo específico para tal fim constante do “Formulário de Pesquisa”.

Art. 8º Os projetos de pesquisa deverão prever o recolhimento, sobre o montante total dos recursos financeiros a serem captados, dos seguintes valores:

I – 1% (um por cento), no mínimo, destinado à Unidade Universitária de origem do processo;

II – um percentual destinado ao Departamento de Ensino ou equivalente ou Órgão Suplementar envolvido, a ser definido no respectivo regulamento da pesquisa;

III – 2% (dois por cento) destinados ao Programa de Apoio às Atividades de Pesquisa, para incrementar e divulgar atividades de pesquisa na Universidade.

§ 1º Para a atividade de pesquisa que envolva mais de um Departamento de Ensino ou equivalente ou Órgão Suplementar, a elaboração do orçamento deverá prever a participação proporcional de todos, sobre a qual incidirá o percentual de recolhimento previsto no inciso II deste artigo.

§ 2º Aos projetos envolvendo a captação de recursos junto a órgãos governamentais de fomento, desde que prevista a não-incidência nos respectivos instrumentos de parceria, não se aplica o disposto neste artigo.

Art. 9º Todo material permanente adquirido com recursos financeiros captados por meio de atividades de pesquisa será registrado no Sistema de Patrimônio Mobiliário da Universidade (SIPAM), imediatamente após o seu recebimento, como bem próprio ou de terceiros recebidos em comodato, cessão ou depósito, observados os procedimentos previstos na norma interna que disciplina a matéria patrimonial.

Art. 10. Serão de responsabilidade do proponente de atividade de pesquisa, quando remunerada, as despesas de manutenção e utilização de equipamentos de uso individual durante o período de execução do projeto.

CAPÍTULO II

DOS PROJETOS DE PESQUISA

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 11. As atividades de pesquisa serão desenvolvidas na forma de projetos, observado o disposto nesta Resolução.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
ÓRGÃOS DELIBERATIVOS CENTRAIS

CAMPUS UNIVERSITÁRIO - TRINDADE CEP: 88040-900 - FLORIANÓPOLIS - SC
TELEFONE (048) 331-9661 - FAX (048) 234-4069
E-mail: conselho@reitoria.ufsc.br

Art. 12. O projeto de pesquisa será classificado como:

I – Projeto de Pesquisa Departamental – quando envolver servidores de um Departamento de Ensino ou equivalente ou de um Órgão Suplementar;

II – Projeto Interdepartamental – quando envolver servidores de mais de um Departamento de Ensino ou equivalente ou Órgão Suplementar;

III – Projeto de Pesquisa Vinculado – quando for contratado por instituições ou empresas públicas ou privadas, usuárias dos resultados;

IV – Projeto de Pesquisa Interinstitucional – quando envolver instituição externa, cuja participação deverá ser formalizada por meio de convênio ou contrato.

Art. 13. O projeto de pesquisa será coordenado por servidor docente ou técnico-administrativo em efetivo exercício na Universidade.

§ 1º Excetuam-se do disposto neste artigo os servidores docentes ou técnico-administrativos inativos da Universidade, participantes do Programa de Serviço Voluntário ou do Programa de Participação de Bolsistas de Instituições de Fomento.

§ 2º O coordenador do projeto será o ordenador de despesas, caso haja alocação de recursos financeiros.

Art. 14. Caberá à Pró-Reitoria de Pesquisa a organização de um sistema de registro, informação e divulgação dos projetos de pesquisa da Universidade.

Seção II
Da Proposição, do Registro e da Aprovação

Subseção I
Da Proposição

Art. 15. A proposição dos projetos de pesquisa, observadas as suas peculiaridades, será efetuada mediante o preenchimento do “Formulário de Pesquisa”, que deverá explicitar os recursos humanos previstos para a sua execução, informando:

I – o nome e a carga horária total no projeto de cada servidor docente e técnico-administrativo;

II – o nome e a carga horária total de outros participantes.

Parágrafo único. Os integrantes da equipe de um projeto de pesquisa deverão ter sua participação aprovada pelos respectivos órgãos de lotação.

Art. 16. Os projetos de pesquisa, observadas as suas peculiaridades, deverão observar as normas de saúde e segurança quanto:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
ÓRGÃOS DELIBERATIVOS CENTRAIS

CAMPUS UNIVERSITÁRIO - TRINDADE CEP: 88040-900 - FLORIANÓPOLIS - SC
TELEFONE (048) 331-9661 - FAX (048) 234-4069
E-mail: conselho@reitoria.ufsc.br

I – à avaliação e o reconhecimento prévio de potencial de risco à saúde, à segurança e ao meio ambiente;

II – à existência de condições seguras para o desenvolvimento das atividades e para o cumprimento das normas de saúde e segurança;

III – ao estabelecimento de procedimentos seguros ao trabalho do pesquisador, respeitando as normas pertinentes, em especial a que regulamenta o uso de substâncias químicas na Universidade e que normatiza o uso de material radioativo.

Parágrafo único. Quando o projeto de pesquisa identificar algum potencial de risco às pessoas envolvidas e aos bens, deverá prever a contratação de seguro.

Subseção II
Do Registro e da Aprovação

Art. 17. O registro do projeto de pesquisa deverá ser efetuado por meio eletrônico junto à Pró-Reitoria de Pesquisa.

Parágrafo único. O projeto de pesquisa que envolva servidores docentes ou técnico-administrativos de mais de um órgão deverá ser registrado no Departamento de Ensino ou equivalente ou no Órgão Suplementar de lotação do seu coordenador.

Art. 18. O projeto de pesquisa deverá ser aprovado, antes de iniciada a sua execução, pelos Colegiados dos Departamentos de Ensino ou equivalente ou dos Órgãos Suplementares envolvidos.

Parágrafo único. No caso de Órgão Suplementar que não disponha de órgão colegiado, caberá à Câmara de Pesquisa a aprovação do projeto de pesquisa.

Art. 19. A aprovação do projeto de pesquisa a que se refere o artigo anterior deverá ser precedida de análise efetuada pelo Coordenador de Pesquisa do Departamento de Ensino ou equivalente ou do Órgão Suplementar, contemplando os seguintes aspectos:

I – o mérito científico do projeto;

II – a produção intelectual do proponente nos últimos 5 (cinco) anos, com base no Currículo *Lattes*.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se aos pedidos de renovação e prorrogação de projetos de pesquisa.

Art. 20. O projeto de pesquisa que envolva a experimentação com seres humanos, após a sua aprovação pelo órgão competente a que se refere o art. 18, será submetido à apreciação e aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH), vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
ÓRGÃOS DELIBERATIVOS CENTRAIS

CAMPUS UNIVERSITÁRIO - TRINDADE CEP: 88040-900 - FLORIANÓPOLIS - SC
TELEFONE (048) 331-9661 - FAX (048) 234-4069
E-mail: conselho@reitoria.ufsc.br

Art. 21. O projeto de pesquisa que envolva a experimentação com animais, após a sua aprovação pelo órgão competente a que se refere o art. 18, será submetido à apreciação e aprovação pela Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA), vinculada à Pró-Reitoria de Pesquisa.

Art. 22. O projeto de pesquisa que utilize técnicas de engenharia genética ou organismos geneticamente modificados, após a sua aprovação pelo órgão competente a que se refere o art. 18, deverá ser submetido à apreciação e aprovação pela Comissão de Biossegurança, vinculada à Pró-Reitoria de Pesquisa.

Art. 23. Caberá ao proponente encaminhar ao órgão competente da Universidade os projetos de pesquisa que exigirem a celebração de convênios ou contratos.

Seção III
Do Acompanhamento e da Avaliação

Art. 24. O acompanhamento da execução e a avaliação dos resultados dos projetos de pesquisa, inclusive da produção científica, são da competência e responsabilidade dos Departamentos de Ensino ou equivalente ou dos Órgãos Suplementares envolvidos na sua análise e aprovação.

§ 1º O acompanhamento a que se refere o *caput* deste artigo deverá ser efetuado anualmente e informado à Pró-Reitoria de Pesquisa mediante apresentação do levantamento da produção intelectual de cada Departamento de Ensino ou equivalente ou Órgão Suplementar.

§ 2º A aprovação do relatório final no “Formulário de Pesquisa” é da competência do Chefe do Departamento de Ensino ou equivalente ou do Diretor do Órgão Suplementar de lotação do coordenador do projeto, ouvidos os colegiados envolvidos na sua análise e aprovação.

§ 3º No caso de alterações substanciais no projeto de pesquisa, o coordenador deverá submetê-las à aprovação dos Departamentos de Ensino ou equivalente ou dos Órgãos Suplementares envolvidos na sua aprovação, mediante o preenchimento de um novo “Formulário de Pesquisa”.

Art. 25. Concluído ou interrompido um projeto de pesquisa, o seu coordenador deverá apresentar ao Departamento de Ensino ou equivalente ou Órgão Suplementar de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
ÓRGÃOS DELIBERATIVOS CENTRAIS

CAMPUS UNIVERSITÁRIO - TRINDADE CEP: 88040-900 - FLORIANÓPOLIS - SC
TELEFONE (048) 331-9661 - FAX (048) 234-4069
E-mail: conselho@reitoria.ufsc.br

sua lotação o relatório conclusivo para apreciação, de acordo com seu regimento interno, dando ciência aos demais órgãos envolvidos.

Parágrafo único. O relatório a que se refere este artigo deverá contemplar a produção intelectual, observado o disposto no art. 32 desta Resolução, e deverá ser efetuado por meio eletrônico junto à Pró-Reitoria de Pesquisa.

Art. 26. O órgão de lotação do coordenador deverá manter arquivo atualizado com cópias dos projetos, dos respectivos pareceres, relatórios e outros documentos relativos aos seus projetos de pesquisa.

TÍTULO III **DOS PESQUISADORES**

CAPÍTULO I **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 27. Poderão participar das atividades de pesquisa na Universidade, na condição de pesquisadores, os:

I – servidores docentes e técnico-administrativos integrantes do Quadro de Pessoal da Universidade;

II – alunos regularmente matriculados em cursos do ensino médio, de graduação e de pós-graduação;

III – professores da carreira de magistério de outras instituições de ensino, nacionais ou estrangeiras, vinculados ao Programa de Participação de Bolsistas de Instituições de Fomento e de Docentes de outras Instituições de Ensino conveniadas;

IV – bolsistas de instituições de fomento à pesquisa, nacionais ou estrangeiras, vinculados ao Programa de Participação de Bolsistas de Instituições de Fomento e de Docentes de outras Instituições de Ensino conveniadas;

V – pesquisadores vinculados a programas de estágio pós-doutoral, sem a percepção de bolsa de agência de fomento;

VI – pesquisadores vinculados ao Programa de Serviço Voluntário da Universidade;

VII – pesquisadores de empresas conveniadas.

Parágrafo único. A participação de servidor técnico-administrativo em atividades de pesquisa, coordenando projetos ou integrando suas equipes, deverá ser compatível com as atribuições inerentes ao seu cargo efetivo e com a sua formação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
ÓRGÃOS DELIBERATIVOS CENTRAIS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO - TRINDADE CEP: 88040-900 - FLORIANÓPOLIS - SC
TELEFONE (048) 331-9661 - FAX (048) 234-4069
E-mail: conselho@reitoria.ufsc.br

CAPÍTULO II

DA FORMA DE ASSOCIAÇÃO DOS PESQUISADORES

Art. 28. Os pesquisadores poderão associar-se em Grupos de Pesquisa para realizar atividades de pesquisa.

Art. 29. O Grupo de Pesquisa será formado a partir da união de pesquisadores sobre um tema de interesse comum em torno de uma ou mais linhas de pesquisa.

Parágrafo único. Para fins do disposto no *caput* deste artigo, as linhas de pesquisa representam temas aglutinadores de estudos científicos de onde se originam projetos cujos resultados guardam afinidade entre si.

Art. 30. A criação de Grupos de Pesquisa deverá observar as normas do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.

Parágrafo único. A responsabilidade pela criação de novos grupos e pela atualização freqüente dos já existentes será do líder do respectivo grupo.

Art. 31. Caberá à Pró-Reitoria de Pesquisa:

I – a organização de um sistema de registro, informação e divulgação sobre Grupos de Pesquisa da Universidade;

II – o cadastramento dos líderes de Grupos de Pesquisa e a certificação dos respectivos grupos junto ao Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.

TÍTULO IV

DA PRODUÇÃO INTELECTUAL

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 32. Para os fins desta Resolução considera-se produção intelectual o resultado da atividade de pesquisa abrangendo a produção científica, artística, técnica e cultural representada por publicações ou formas de expressão usuais e pertinentes aos ambientes acadêmicos específicos.

Art. 33. Caberá à Pró-Reitoria de Pesquisa promover a publicação, pelo menos a cada 2 (dois) anos, da produção intelectual dos servidores docentes e técnico-administrativos da Universidade.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
ÓRGÃOS DELIBERATIVOS CENTRAIS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO - TRINDADE CEP: 88040-900 - FLORIANÓPOLIS - SC
TELEFONE (048) 331-9661 - FAX (048) 234-4069
E-mail: conselho@reitoria.ufsc.br

CAPÍTULO II

DA AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO INTELECTUAL

Art. 34. A avaliação da produção intelectual dos servidores docentes e técnico-administrativos da Universidade será efetuada pelo Departamento de Ensino ou equivalente ou pelo Órgão Suplementar de sua lotação.

Parágrafo único. Para a avaliação de produção intelectual de que trata o art. 32 serão observados os critérios estabelecidos pela CAPES e pelo CNPq.

TÍTULO V

DA CARGA HORÁRIA DE TRABALHO NA PESQUISA

Art. 35. Caberá a cada Departamento de Ensino ou equivalente ou Órgão Suplementar especificar no seu regulamento da pesquisa:

- I** – os critérios para alocação de horas de pesquisa;
- II** – a criação e produção intelectual mínima requerida para que seus servidores docentes ou técnico-administrativos possam ter horas alocadas para pesquisa.

Art. 36. O Coordenador de Pesquisa do Departamento de Ensino ou equivalente ou do Órgão Suplementar no qual o servidor docente ou técnico-administrativo está lotado contabilizará a sua criação e produção intelectual e proporá à respectiva chefia, observados os critérios estabelecidos no respectivo regulamento da pesquisa, o número máximo de horas de pesquisa alocáveis ao servidor para o triênio seguinte.

§ 1º Os servidores que não apresentarem a criação e a produção intelectual mínima a que se refere o *caput* deste artigo não poderão ter renovação de horas alocadas para pesquisa.

§ 2º Excetuam-se do disposto no parágrafo anterior os novos pesquisadores ou os que retornam ao exercício das atividades de pesquisa.

Art. 37. As horas alocadas às atividades de pesquisa do servidor docente deverão constar do Plano de Atividades do Departamento (PAD) e não poderão exceder em média anual a 20 (vinte) horas semanais por docente.

Parágrafo único. Aplicam-se os limites estabelecidos no *caput* deste artigo para a alocação de horas de pesquisa para os servidores técnico-administrativos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
ÓRGÃOS DELIBERATIVOS CENTRAIS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO - TRINDADE CEP: 88040-900 - FLORIANÓPOLIS - SC
TELEFONE (048) 331-9661 - FAX (048) 234-4069
E-mail: conselho@reitoria.ufsc.br

TÍTULO VI DOS COORDENADORES DE PESQUISA

CAPÍTULO I DOS COORDENADORES DE PESQUISA DAS UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

Art. 38. Cada Unidade Universitária terá um Coordenador de Pesquisa que será escolhido entre os docentes com titulação de Doutor há, pelo menos, 5 (cinco) anos e com reconhecida competência em pesquisa.

Parágrafo único. O processo de indicação, as atribuições e a alocação da carga horária do Coordenador de Pesquisa das Unidades Universitárias, observado o limite máximo de 8 (oito) horas semanais, serão especificados nos seus regimentos.

Art. 39. Compete ao Coordenador de Pesquisa das Unidades Universitárias, além das atribuições previstas no respectivo regimento:

I – informar, anualmente, à Pró-Reitoria de Pesquisa, em formulário próprio, sobre os projetos que estão em andamento e os que foram finalizados nos respectivos Departamentos, mencionando o título do projeto e os servidores docentes e técnico-administrativos a eles vinculados;

II – realizar, anualmente, o levantamento da produção intelectual da Unidade Universitária, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Pró-Reitoria de Pesquisa.

CAPÍTULO II DOS COORDENADORES DE PESQUISA DOS DEPARTAMENTOS DE ENSINO OU EQUIVALENTE

Art. 40. Cada Departamento de Ensino ou equivalente poderá ter um Coordenador de Pesquisa que será escolhido entre os docentes com titulação de Doutor, na forma prevista no seu regimento.

Parágrafo único. O processo de indicação, as atribuições e a alocação da carga horária do Coordenador de Pesquisa dos Departamentos de Ensino, observado o limite máximo de 8 (oito) horas semanais, serão especificados nos seus regimentos.

Art. 41. Compete ao Coordenador de Pesquisa dos Departamentos de Ensino ou equivalente, além das atribuições estabelecidas neste regulamento e nos respectivos regimentos:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
ÓRGÃOS DELIBERATIVOS CENTRAIS

CAMPUS UNIVERSITÁRIO - TRINDADE CEP: 88040-900 - FLORIANÓPOLIS - SC
TELEFONE (048) 331-9661 - FAX (048) 234-4069
E-mail: conselho@reitoria.ufsc.br

I – informar, anualmente, ao Coordenador de Pesquisa da Unidade, em formulário próprio, sobre os projetos que estão em andamento e os que foram finalizados nos respectivos Departamentos de Ensino, mencionando o título do projeto e os servidores docentes e técnico-administrativos a eles vinculados;

II – realizar, anualmente, o levantamento da produção intelectual do Departamento, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Pró-Reitoria de Pesquisa.

CAPÍTULO III
DOS COORDENADORES DE PESQUISA DOS ÓRGÃOS
SUPLEMENTARES

Art. 42. Os Órgãos Suplementares envolvidos com a realização de atividades de pesquisa terão um Coordenador de Pesquisa que será escolhido entre os servidores docentes e técnico-administrativos com titulação de Doutor.

Parágrafo único. O processo de indicação, as atribuições e a alocação da carga horária do Coordenador de Pesquisa dos Órgãos Suplementares, observado o limite máximo de 8 (oito) horas semanais, serão especificados nos seus regimentos.

Art. 43. Compete ao Coordenador de Pesquisa dos Órgãos Suplementares, além das atribuições estabelecidas neste regulamento e nos respectivos regimentos:

I – informar, anualmente, à Pró-Reitoria de Pesquisa, em formulário próprio, sobre os projetos que estão em andamento e os que foram finalizados nos respectivos Órgãos Suplementares, mencionando o título do projeto e os servidores docentes e técnico-administrativos a eles vinculados;

II – realizar, anualmente, o levantamento da produção intelectual do Órgão, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Pró-Reitoria de Pesquisa.

Parágrafo único. Caso o Órgão Suplementar não preencha os requisitos para a designação de um Coordenador de Pesquisa, caberá ao seu Diretor o exercício das atribuições previstas neste artigo.

TÍTULO VII
DAS INICIATIVAS DE FOMENTO

Art. 44. A Universidade incentivará a pesquisa por todos os meios ao seu alcance, notadamente através:

I – da concessão de bolsas especiais em categorias diversas, principalmente na iniciação científica;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
ÓRGÃOS DELIBERATIVOS CENTRAIS

CAMPUS UNIVERSITÁRIO - TRINDADE CEP: 88040-900 - FLORIANÓPOLIS - SC
TELEFONE (048) 331-9661 - FAX (048) 234-4069
E-mail: conselho@reitoria.ufsc.br

- II** – da concessão de auxílio para execução de projetos específicos;
- III** – do intercâmbio com instituições científicas, estimulando os contatos entre pesquisadores;
- IV** – da divulgação dos resultados das pesquisas realizadas em suas Unidades Universitárias ou Órgãos Suplementares;
- V** – da promoção de congressos, simpósios e seminários para estudos e debates de temas científicos;
- VI** – da captação de recursos para aplicação nas atividades de pesquisa;
- VII** – da criação de programas específicos ou da administração de programas externos;
- VIII** – da formação de pessoal em Cursos de Pós-Graduação na própria Universidade ou em outras instituições de ensino superior nacionais ou estrangeiras;
- IX** – da participação do pesquisador nos resultados econômicos da exploração da propriedade intelectual nos limites autorizados pelas normas da Universidade.

Art. 45. Os programas a que se refere o inciso VII do artigo anterior poderão envolver:

- I** – atividades de pesquisa de todas as áreas do conhecimento ou estímulo ao desenvolvimento de áreas específicas;
- II** – todos os pesquisadores da Universidade ou categorias específicas.

Parágrafo único. A divulgação dos programas dar-se-á na forma de editais, previamente submetidos à apreciação da Câmara de Pesquisa e publicados pela Pró-Reitoria de Pesquisa.

Art. 46. Os programas deverão especificar os recursos envolvidos e as fontes de financiamento.

Parágrafo único. Os recursos financeiros dos programas poderão ser oriundos da Universidade, de organizações públicas ou privadas, de agências de fomento à pesquisa, de fundações ou de empresas, públicas ou privadas, cujos repasses serão formalizados por meio de contratos ou convênios.

TÍTULO VIII

DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

Art. 47. Os projetos de pesquisa deverão observar as normas específicas sobre propriedade intelectual estabelecidas na Resolução do Conselho Universitário que disciplina a matéria no âmbito da Universidade e a legislação pertinente.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
ÓRGÃOS DELIBERATIVOS CENTRAIS

CAMPUS UNIVERSITÁRIO - TRINDADE CEP: 88040-900 - FLORIANÓPOLIS - SC
TELEFONE (048) 331-9661 - FAX (048) 234-4069
E-mail: conselho@reitoria.ufsc.br

Art. 48. Caberá ao Departamento de Propriedade Intelectual (DPI), vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa, apoiar a transferência de tecnologia, interna ou externamente, e estimular e promover a proteção jurídica e a exploração econômica das criações e da propriedade intelectual da Universidade.

TÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 49. Os Departamentos de Ensino ou equivalentes e os Órgãos Suplementares elaborarão os seus regimentos da pesquisa que serão submetidos à aprovação da Câmara de Pesquisa.

Art. 50. Os casos omissos nesta Resolução serão resolvidos pela Câmara de Pesquisa.

Art. 51. Esta Resolução entrará em vigor a partir da sua publicação no Boletim Oficial da Universidade, ficando revogadas a Resolução nº 23/CEPE/1993 e demais disposições em contrário.

Prof. Lúcio José Botelho